



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

REGINA DE ANDRADE BATISTA

Feminismo e Vestuário: ressonâncias dos discursos feministas no vestuário feminino no contexto da Ditadura Militar a partir das revistas O cruzeiro e Manequim

**CAMPINA GRANDE-PB
2015**

REGINA DE ANDRADE BATISTA

Feminismo e Vestuário: ressonâncias dos discursos feministas no vestuário feminino no contexto da Ditadura Militar a partir das revistas O cruzeiro e Manequim

Artigo de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B333f Batista, Regina de Andrade
Feminismo e vestuário [manuscrito] : ressonâncias dos discursos feministas no vestuário feminino no contexto da ditadura militar a partir das revistas O Cruzeiro e Manequim / Regina de Andrade Batista. - 2015.
30 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.
"Orientação: Prof. Me. Matusalém Alves Oliveira, Departamento de História".

1. Feminismo 2. Vestuário 3. Ditadura Militar 4. Gênero 5. Representação I. Título.

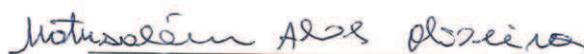
21. ed. CDD 305.4

REGINA DE ANDRADE BATISTA

Feminismo e Vestuário: ressonâncias dos discursos feministas no vestuário feminino no contexto da Ditadura Militar a partir das revistas O cruzeiro e Manequim

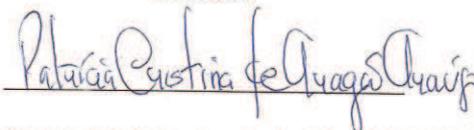
Artigo de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau em Licenciatura Plena em História.

Aprovado em 17/06/2015.



Prof. Ms. Matusalém Alves de Oliveira (CEDUC/UEPB)

Orientador



Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (CEDUC/UEPB)

Examinadora



Prof. Ms. Anselmo Ronsard Cavalcanti (CEDUC/UEPB)

Examinador

Aos Meus Pais,
Maria Gomes e José Alexandre (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pelas oportunidades que tem me concedido e por sua infinita misericórdia.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais, Maria Gomes de Andrade Batista e José Alexandre Batista (in memoriam) por tudo que fizeram por mim, pelo apoio, incentivo, confiança, por me ensinarem a sonhar e, principalmente, por sonharem comigo com dias melhores.

Ao meu orientador Matusalém Alves Oliveira por sua ajuda e colaboração, bem como pelos ensinamentos transmitidos durante a graduação.

Ao meu grande amigo Gildivan Francisco, por seu apoio no que diz respeito às fontes bibliográficas e sua imprescindível ajuda, pois sem sua colaboração tudo teria sido mais difícil.

Aos meus professores da graduação por seus ensinamentos, apoio, colaboração e generosidade.

Aos meus colegas de turma por todo companheirismo e amizade, foi isso que tornou o espaço acadêmico um ambiente familiar.

E a todos que contribuíram de alguma maneira para a conclusão da graduação. A todos a minha gratidão.

**Feminismo e Vestuário: ressonâncias dos discursos feministas no vestuário feminino
contexto da Ditadura Militar a partir das revistas O cruzeiro e Manequim**

BATISTA, Regina de Andrade¹

RESUMO

O contexto ditatorial no Brasil e, em outros países da América Latina, pode ser pensando como um momento de negação dos direitos civis e humanos e de repressão. Mesmo em meio a esse contexto, vários movimentos sociais emergem fazendo ecoar as vozes de sujeitos sociais antes excluídos, tais como as mulheres, contribuindo, assim, para o repensar dos lugares e das funções sociais atribuídos para este segmento. Considerando este panorama, no presente artigo, objetivamos analisar de que modo os discursos feministas interferiram no vestuário de mulheres de determinados segmentos sociais nos anos 1970, tomando como referência imagens contidas nas revistas Manequim e O Cruzeiro. Do ponto de vista dos objetivos específicos elencamos discutir a Nova História Cultural enquanto uma possibilidade para pensar as questões de gênero tomando como norte os conteúdos imagéticos; refletir acerca dos discursos feministas no âmbito da Ditadura Militar; e, pensar de que maneira tais discursos interferiram nos vestuários evidenciados pelas revistas Manequim e O Cruzeiro. Teceremos nossas reflexões apoiados teoricamente no campo da Nova História Cultural para pensar os conceitos de representação, gênero e feminismo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental e da análise de cinco imagens contidas nas revistas O Cruzeiro e Manequim. Tais conteúdos imagéticos foram analisados na perspectiva histórico-semiótica. Observamos que os vestuários evidenciados pelas revistas destacadas estavam permeados por ressonâncias dos discursos feministas que ecoavam no contexto dos anos 1970 e que para além de um simples vestir, tais peças, objetivavam questionar as relações de gênero vigentes e galgar novos espaços sociais para a mulher.

Palavras-Chave: Vestuário. Gênero. Representações. Feminismo.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela UEPB.
Email.reginatwain@hotmail.com

ABSTRACT

The dictatorial context in Brazil and in other Latin American countries, may be wondering how a moment of denial of civil and human rights and repression. Even amid this context, various social movements emerge echoing the voices of social subjects before with exclusion, such as women, thus contributing to the rethinking of places and social functions attributed to this segment. Considering this panorama, in this article, we examine how the feminist discourses interfere in women's clothing of certain social groups in the 1970s, taking as reference images contained in magazines *Dummy* and *Cruise*. From the point of view of the specific objectives we list discuss the New Cultural History as a chance to think about gender issues taking as the north imagistic content; reflect on the feminist discourses under the military dictatorship; and think how such discourses interfered in garments evidenced by magazines *Dummy* and *Cruise*. We will weave our reflections theoretically supported in the field of new cultural history to think the representation of concepts, gender and feminism. Methodologically, it is a documentary research and analysis contained five images in the magazines *O Cruzeiro* and *Dummy*. Such imagery contents were analyzed in historical and semiotic perspective. We note that the garments evidenced by magazines highlighted were permeated by resonances of feminist speeches that echoed in the context of the 1970s and beyond a simple dressing such parts, aimed to question the prevailing gender relations and climb new social spaces for women.

Keywords: Clothing. Gender. Representations. Feminism.

Introdução

A década de 1970, no Brasil, semelhantemente ao ocorrido em outros países da América Latina, é marcada por uma conjuntura política antidemocrática estruturada sobre um regime ditatorial que atravessava um lento e gradual processo de abertura política que levaria o país a transitar de um cenário de intensa vigilância e repressão a um regime um pouco mais liberal, mas ainda autoritário apesar do ideário de democracia hipotético defendido pelo Regime que justificava sua ação na defesa de valores e interesses de setores sociais preponderantes dos quais os militares se auto-determinavam protetores como a preservação da família, o desenvolvimento, a ordem e a harmonia da nação que deveriam ser garantidos pela proposta do Regime de organização política e social.

O cenário da ditadura tornou-se ainda mais sombrio diante da derrocada do milagre econômico influenciado pela crise petrolífera e a recessão mundial, criando, assim, um contexto favorável à insatisfação da sociedade civil que levava a subversão da ordem a partir da organização de setores sociais que, contrariando a ideia de silenciamento e esfacelamento dos movimentos sociais que, apesar de atomizados, como nos afirma Medeiros (2009), atuaram de maneira articulada em frentes diferenciadas, ou seja, várias vezes eclodiram contrárias a ditadura militar manifestando o descontentamento popular frente às imposições do regime, caracterizando um período de intensa efervescência desses movimentos sociais em meio a um aparato de censura e repressão onde cada um, com maior ou menor intensidade, defendeu suas bandeiras de luta, fortalecendo a construção de identidades coletivas.

Esse período marcado pela repressão e aparentemente infértil à livre expressão apresentou-se fecundo para a eclosão de movimentos sociais dispostos a enfrentar o aparelhamento repressivo do Regime ao lutar de forma segmentada, mas articulada, caracterizando um momento de novas liberdades que resultariam em alterações políticas e socioculturais. Nesse contexto, a confluência de fatores contribuiu para a germinação da materialização do que Betty Friedan (1963) chamou de “mal estares sem nome”, ou seja, o Feminismo, que punha em xeque a tradicional sociedade patriarcal pautada pela hierarquia de gênero através de subversões à ordem política vigente e, principalmente, ao lugar legado à mulher naquela sociedade.

O Feminismo brasileiro na década de 1970 estava segmentado em grupos que eram fracionados estruturalmente de acordo com as bandeiras de luta e os contextos sociais, políticos e culturais característicos, semelhantemente a outros segmentos de movimentos sociais, mas tinham em comum a resistência à “violência simbólica” sofrida pela mulher ao ser subjugada à inferioridade e ao silenciamento.

Nesse sentido, os movimentos de mulheres no Brasil gestados nas camadas médias que se articularam com as camadas populares, organizadas em bairros, originaram uma vertente feminista ampla e heterogênea caracterizada por um movimento interclasses, cujas bandeiras de luta já ressoavam nas mais variadas esferas daquela sociedade, expressando-se inclusive no vestuário feminino que, enquanto linguagem simbólica, é aqui analisado como uma representação do ideário feminista gestado em contexto autoritário. Desse modo, centraremos nossas reflexões tomando como norte pensar de que maneira o vestuário usado por aquelas mulheres configurava-se como representação do discurso feminista a fim de caracterizar um novo lugar de enunciação coletivo da mulher naquela sociedade ao ser

utilizado com o propósito de contestar os padrões tradicionais estruturados a partir da hierarquia de gênero.

A escolha da temática trabalhada partiu de minha identificação com as leituras empreendidas ao longo da graduação que tratavam questões relacionadas às discussões de gêneros, pautando-se, também, pela diversidade do fazer histórico proposto pela Nova História, caracterizando a multiplicidade das formas de abordagens, a ampliação das fontes, o surgimento de novos problemas e a necessidade de novos métodos. Nesse sentido, a partir da Nova História surgiu a possibilidade de trabalhar a questão do gênero alicerçada na análise tanto de fontes bibliográficas quanto iconográficas. Assim, a história metódica cede espaço à Nova História, questionando, inclusive, o local de neutralidade baseada na separação entre pesquisador e objeto de pesquisa. Nesse sentido,

Cientistas não são destacados observadores da natureza e os fatos que eles descobrem não são simplesmente inerentes ao fenômeno observado. Cientistas constroem fatos decidindo constantemente sobre o que consideram significativo, que experimentos devem realizar e como vão descrever suas observações. Essas escolhas não são meramente individuais ou idiossincráticas, mas refletem a sociedade em que o cientista vive e trabalha (HUBBARD; WALD, 1999, p.7).

Assim, compreende-se que a escolha da temática está relacionada às minhas aspirações, que, por sua vez, estão ligadas ao meu lugar social e à construção de minha identidade, pois como nos afirma Louro (1997), não há como se dissociar o pessoal do político, pois somos paralelamente constituídos e construtores do social, de modo que não há como o historiador se separar de seu objeto, pois suas inquietações e interesses que o levam a escolha destes e a empreender a pesquisa, resultam de suas tramas sociais.

Portanto, elencamos como objetivo geral analisar de que modo os discursos feministas interferiram no vestuário de mulheres de determinados segmentos sociais nos anos 1970, tomando como referência imagens contidas nas revistas *Manequim* e *O Cruzeiro*. Os editoriais são utilizados aqui enquanto ferramentas de representação social que legitimam uma nova conotação do ser mulher exprimindo a forma como a subjetividade do vestuário se relacionava com o desejo de independência e atuação da mulher na esfera pública, contrariando o imaginário social que as caracterizava como sujeitos intrinsecamente despolitizados e limitados a esfera do privado. Desse modo, temos que “A roupa ocupa papel fundamental na comunicação subjetiva reprimida, pois por meio dela que existe um diálogo entre a mulher e o mundo exterior” (XIMENES, 2011, p. 46).

Assim, do ponto de vista da problemática apresentada, definimos a seguinte questão norteadora: De que maneira o vestuário usado por algumas mulheres na década de 1970

estava relacionado às ideologias dos discursos feministas? Do ponto de vista dos objetivos específicos elencamos discutir a Nova História Cultural enquanto uma possibilidade para pensar as questões de gênero tomando como norte os conteúdos imagéticos; refletir acerca dos discursos feministas no âmbito da Ditadura Militar; e, pensar de que maneira tais discursos interferiram nos vestuários evidenciados pelas revistas *Manequim* e *O Cruzeiro*.

Nesse sentido, a fim de atender as reflexões evidenciadas em nossos objetivos e tentar responder nossa questão problema, estaremos situados no aspecto teórico da Nova História Cultural que vem se destacando na produção historiográfica desde a Crise dos Paradigmas que pôs em xeque marcos históricos dominantes, trazendo à cena a renovação das fontes, dos objetos de estudo e interesses que, atualmente, passam a figurar entre a maioria dos trabalhos historiográficos com a finalidade de tornar possível o conhecimento e a análise desses novos objetos propostos pela nova história, a análise quantitativa dá lugar a qualitativa, ou seja, novos objetos foram introduzidos e novas metodologias tornaram-se então necessárias. Isso pode ser constatado na fala de Peter Burke ao nos afirmar que:

Os exemplos seguintes tirados de títulos de livros publicados na década de 1990 devem bastar para revelar a tendência: “a cultura do mérito”, “a cultura da empresa”, “a cultura do jogo”, “a cultura do seguro de vida”, “a cultura do amor”, “a cultura do puritanismo”, “a cultura do absolutismo”, “a cultura do segredo” e “a cultura da polidez”. Até mesmo “a cultura da arma” encontrou seu historiador. Estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagens, memória, gosto, humor, exames e assim por diante (BURKE, 2005, p.46)

Segundo Lynn Hunt (2001), a partir da década de 1970 houve o fortalecimento e a ampliação das pesquisas que iam além da análise demográfica socioeconômica, de modo que as percepções acerca dos aspectos culturais passam a ser cada vez mais exploradas. Nesse sentido, para promover a discussão da temática trabalhada, recorreremos, também, aos conceitos de representação, de gênero, identidade e feminismo para subsidiar os aspectos teóricos necessários ao desenvolvimento da pesquisa a partir do diálogo com autores, partindo do pressuposto de

[...], pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2012, p.8).

Nesse sentido, este artigo se propõe a buscar pensar os sentidos expressos no vestuário exposto nas revistas *O Cruzeiro* e *Manequim* a fim de nos apropriar das construções simbólicas daquele vestuário relacionando-o aos discursos da vertente feminista dos

movimentos de mulheres no contexto da Ditadura. Portanto, a discussão ora apresentada é possível justamente pela ampliação das fontes, objetos e interesses conferida pela Nova História Cultural, permitindo a utilização de recursos iconográficos enquanto fontes, pois, “(...) as imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário. (...) para ser lida, possui códigos especiais, espécies de ícones ou signos que remetem a uma lógica de significados para uma época dada” (PESAVENTO, 2012, p.52).

A trama analítica ora apresentada consiste na realização de um procedimento investigativo de cunho bibliográfico e imagético que nos permitirá estabelecer um diálogo com alguns autores a fim de promover uma reflexão construtiva sobre a problemática abordada ao nos colocar em contato com fontes como livros, artigos, teses e dissertações, além das imagens das revistas que tomamos como fonte de estudo, que possam contribuir para a compreensão da relação entre o vestuário exposto nas revistas *Manequim* e *O cruzeiro* e os ideais expressos pelos discursos feministas sob a estrutura social caracterizada pelo contexto autoritário da época.

Nesse sentido, ao desenvolver uma reflexão sobre as fotografias publicadas nas revistas supracitadas, estaremos nos valendo da ampliação das possibilidades de fontes conferidas pela Nova História Cultural para promover a análise destas fotografias tomando-as enquanto representações iconográficas que se constituem enquanto registros históricos repletos de significações que resultam de *escolhas, seleções e olhares*, bem como de *intencionalidades*, como nos afirma Paiva (2004, p. 20).

O trabalho está estruturado em três tópicos, no primeiro, intitulado Apontamentos conceituais: pensando os conceitos de Nova História, Representação, Gênero e Feminismo, faremos uma discussão conceitual mais aprofundada a fim de pautar a validade da temática trabalhada a partir do alargamento das possibilidades propostas pela Nova História, apresentando os conceitos utilizados ao longo do texto para esclarecer de que modo se aplicam às perspectivas adotadas. No segundo tópico Aspectos históricos acerca dos movimentos sociais feministas discutiremos a questão da construção social dos gêneros a partir da reflexão sobre os discursos dos movimentos de mulheres, das vertentes feministas, especificamente, no contexto da Ditadura Militar nos anos 1970. No terceiro tópico XXXX aprofundaremos nossas reflexões a cerca da simbologia representada através do vestuário relacionada ao novo lugar de enunciação coletivo proposto para as mulheres naquele contexto através da análise das fotografias publicadas nas revistas *Manequim* e *O Cruzeiro*.

1. Apontamentos conceituais: pensando os conceitos de Nova História, Representação, Gênero e Feminismo

Como evidenciamos em nossa introdução, neste primeiro item enveredaremos por uma discussão mais sistêmica e aprofundada do que vem a ser a Nova História, e, mais precisamente, a Nova História Cultural, pensando o seu impacto sobre a produção historiográfica recente e a partir de quais perspectivas nos ajuda a pensar nosso objeto de pesquisa ao nos permitir desenredar as tensões sociais existentes no contexto estudado a fim de compreender as ressonâncias a partir das quais são representadas de maneira simbólica. Discutiremos, também, a partir do diálogo com os teóricos selecionados, os conceitos abordados ao longo deste artigo, como representação, gênero e feminismo no sentido que interessa a nossa abordagem com a finalidade de balizar nossa reflexão a cerca da temática.

Nas recentes décadas a produção historiográfica tem passado por intensas transformações em que os relatos históricos dos grandes líderes e marcos políticos cedem lugar às pesquisas de múltiplas dimensões. Neste sentido, no tocante ao surgimento da Nova História, “Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores (...)” (BURKE, 1992, p.11). Entretanto, é preciso atentar para o fato de que a Nova História não se limitou apenas a proposição de novos temas, ao contrário, vem questionando, inclusive, os métodos e objetivos da História a partir do surgimento de novas preocupações e interesses, estando menos presa ao convencionalismo científico que enrijece a produção historiográfica ao torná-la excessivamente esquemática. Nesse sentido, Le Goff e Nora (1976), afirmavam que

A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história (LE GOFF; NORA, 1976: 11-12).

Desse modo, surgiu o que Lynn Hunt (1992) veio a chamar de *Nova História Cultural*, provocando profundas rupturas epistemológicas, trazendo à tona novos domínios de investigação e pondo à prova referenciais conceituais dominantes até então no campo da História, tornando-o multifacetado e configurando, assim, uma nova forma de conceber e escrever a história da cultura. Assim,

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes a estudar grandes correntes de idéias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos

pelos homens para explicar o mundo [...]. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas e aos atores sociais que se apresentam de forma cifrada, portando já significados e uma apreciação valorativa. [...], todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas (PESAVENTO, 2012, p.8).

É nesse aspecto apresentado por Pesavento (2012) que se justifica a validade da utilização da Nova História Cultural para a produção do presente artigo, por nos permitir enveredar, desconstruir e compreender as construções simbólicas que expressam as reverberações de um determinado contexto permitindo a apropriação de memórias coletivas construídas e situadas ao longo do tempo e do espaço utilizadas para explicar a “realidade”, ou seja, é devido a ampliação promovida pela Nova História que é possível estar tratando as fotografias publicadas em meados da década de 1970 pelas revistas *Manequim* e *O cruzeiro* enquanto fonte de registros históricos que estarão balizando nossa discussão sobre as ressonâncias dos discursos feministas no vestuário feminino – tomado enquanto linguagem simbólica - durante a Ditadura no Brasil.

Desse modo, a Nova História nos permite abordar, enquanto fonte, a mensagem simbólica publicada nas revistas mencionadas, as fotografias, numa perspectiva histórico-semiótica, com a finalidade de discutir as representações sociais contidas nos discursos feministas e os códigos comportamentais femininos que compunham movimentos libertários de mulheres dessas vertentes que denotavam as nuances de determinados segmentos sociais e suas bandeiras de luta contra a hierarquização de gênero.

Foi esse alargamento do campo de estudo e de pesquisa do historiador que nos possibilitou abordar esta temática caracterizada pelo estudo de subjetividades, sensibilidades e representações, sem a necessidade da busca de verdades definitivas, ao contrário, considerando a história enquanto perspectiva de uma realidade socioculturalmente construída, logo, sujeita a variações. Assim, “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita às variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Desta maneira, busca-se desde então o repensar das estruturas e dos sentidos conferidos ao que se toma por realidade, não mais verdades absolutas e, desse modo, se desenhou uma nova forma de retrair o fazer historiográfico ao estudar as práticas e representações sociais. Nesta perspectiva,

Em termos gerais, pode se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2012, p.22).

Assim, a Nova História Cultural se propõe a pensar como a realidade é social e culturalmente construída e compreendida em variados contextos no tempo e no espaço e, para tanto, algumas estratégias epistemológicas são desenvolvidas a fim de que se possa perceber, apreciar e apreender o real. Nesse sentido, Chartier (1990) nos afirma que a apreensão da realidade é possível a partir da construção de esquemas intelectuais incorporados que criam figuras decifráveis por meio das quais se confere significações ao mundo social não com caráter de neutralidade e veracidade, mas sim repletas de interesses a partir dos quais são forjadas para conferir legitimidade e justificar as escolhas, condutas e as concepções de mundo de determinado grupo em detrimento de outros a partir de sua verossimilhança com a realidade, é o que se compreende por *Representações*, como nos afirma Chartier (1990),

Dessa forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p.19).

Assim, Chartier (1990) destaca a importância das *representações* para a produção historiográfica pela sua capacidade de promover a compreensão e a apreensão do mundo social. Nessa perspectiva, é que utilizamos esse conceito na abordagem dessa temática, pois ao utilizar as imagens publicadas nas revistas citadas com o propósito de analisar as ressonâncias dos discursos feministas no vestuário apresentado, tratamos essas imagens enquanto representação simbólica elaboradas com um propósito predefinido de legitimar a proposição de um novo lugar de enunciação a ser ocupado pela mulher, partindo da premissa de que essas imagens tomam o real como referente, tendo, portanto, a capacidade de reproduzi-lo com verossimilidade de maneira simbólica compreendida através de códigos cuja significação é comportada por determinado. Ao tratar do modo como a realidade torna-se perceptível através das representações, Pesavento (2012), nos afirma que estas são

[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. [...]. A representação não é cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2012, p.21).

O conceito de gênero aqui abordado está diretamente relacionado aos movimentos de mulheres de vertentes feministas, ou seja, está ligado lingüística e politicamente ao ideário desses movimentos e está sendo empregado enquanto ferramenta analítica que se configura como esquema de representação cultural que nos permitirá promover uma reflexão sobre os discursos feministas e o modo como se expressava por meio de códigos imagéticos que

denotavam suas ressonâncias no vestuário feminino no contexto da década de 1970, no Brasil. Desde as décadas de 1960 e 1970, os estudos sobre a história das mulheres e, principalmente, sobre questões de gênero têm ocupado lugar de destaque na Nova História Cultural, sendo sua compreensão imprescindível à abordagem da temática que trata do Feminismo.

Nesse sentido, Scott (1995) nos apresenta uma análise sobre a importância e funcionalidade dos estudos de gênero, das diferenciações entre os sexos e sobre a construção de representações simbólicas que relegaram a mulher à inferioridade, ao silenciamento e ao espaço do privado, através de discursos constituídos a partir das relações de poder em “campos de forças sociais”. Assim, o conceito de gênero é definido por Scott (1995) a partir do confronto à noção de permanência eterna da representação binária construída em contextos específicos, definindo-o como “[...], um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Além disso, a autora esclarece que os sujeitos estão em constantes transformações, ou seja, o masculino e o feminino são categorias afixas, não inerentes e construídas e maneira subjetiva.

O conceito de gênero é, portanto, utilizado para discutir as relações e diferenciações de cunho social entre os sexos, contrapondo-se ao determinismo essencialmente biológico enquanto explicação única para referir-se as identidades subjetivas conferidas aos homens e mulheres que resultam na ideia implícita de imutabilidade. Dessa forma, “*O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade*” (SCOTT, 1995, p. 76). Entretanto, é necessário compreender que não se trata de negar a biologia, mas de agregar os fatores sócio-históricos que caracterizam o conceito de gênero. Nesse sentido, a discussão deste conceito é pertinente para compreender a utilização do vestuário enquanto representações construídas para caracterizar identidades sexuais em um dado contexto social, histórico, político e cultural marcado por movimentos libertários.

O feminismo é tomado na perspectiva de uma teoria discursiva de enunciação da emancipação feminina e o desarranjo da hierarquia de gênero que se materializou através de movimentos sociais libertários fundados a partir da inquietude diante de uma identidade sexual socialmente construída e compartilhada que, apesar de relacionadas a fatores biológicos, não é exclusivamente por eles determinada, sendo recortada, também, e, principalmente, a partir de fatores de cunho socioculturais.

Nesse sentido, abordamos o feminismo a partir de sua historicização dentro de um contexto espaço temporal predefinido que é o da Ditadura no Brasil na década de 1970, a fim

de compreender o desenrolar histórico da luta dessa vertente do movimento de mulheres enquanto forma de contestação à ordem política imposta bem como por causas específicas das mulheres ao refutar as relações de poder que pareciam até então naturalizadas e imutáveis. Desse modo, além de insurrecionar contra o autoritarismo político, o feminismo representou ainda o romper do silenciamento imposto à mulher e uma transgressão ao lugar designado a estas naquela conjuntura, propiciando a eclosão de uma nova identidade.

Assim, apresentados os conceitos de relevância para a abordagem da presente temática, encaminharemos por outro aspecto pertinente à discussão e entendimento do nosso objeto de estudo, que consiste na compreensão dos movimentos sociais feministas em meio ao processo de transição política por que passava o Brasil na década de 1970, configurando-se como ambiente favorável à eclosão de movimentos libertários que pleiteavam por interesses de cada segmento.

2. Aspectos históricos acerca dos movimentos sociais feministas

Apresentados os conceitos basilares utilizados para enveredar pela discussão do presente estudo, abordaremos a expansão das pesquisas e estudos de gênero a partir da crise dos paradigmas tradicionais, bem como sobre a problemática dos movimentos sociais de mulheres de vertentes feministas tratando brevemente sobre sua evolução histórica, com enfoque no recorte temporal em que se constituiu a “Segunda Onda Feminista”, situada na década de 1970, que se torna pertinente por nos permitir tecer uma análise de nosso objeto de estudo no contexto histórico em que está situado.

Os estudos de gênero, bem como sobre a história das mulheres tem ocupado lugar de destaque na produção historiográfica recente que surge após a Nova História Cultural, de modo que para pensar o feminismo a partir de uma perspectiva teórica foi necessário trabalhar o conceito de gênero como categoria científica para tratar as relações entre os sexos enquanto construto social, rompendo com o determinismo biológico. Assim, “Uma das razões, porém, do recurso do termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’[...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 110).

Neste sentido, as desigualdades entre os sexos que há muito eram justificadas exclusivamente pelo determinismo biológico e se concretizava em discriminações que tomavam todas as esferas da vida social pressupondo a inferioridade biológica e intelectual da mulher, passam a ter suas origens repensadas, a exemplo da obra Segundo Sexo, de Simone

Beauvoir (1970), que recorre a três pontos de vista diferentes – biológico, psicanalítico e do materialismo histórico – para pensar o lugar relegado à mulher até então.

A partir dos anos 1960, teóricas feministas ao concentrarem suas pesquisas na análise das origens da construção social e histórica dos papéis sexuais passaram a chamar a atenção para a mulher enquanto sujeito social relegado à esfera do privado e ocultado enquanto objeto de estudo. Nessa perspectiva, os estudos de gênero se propõem a refutar as explicações essencialmente biológicas que pretendem tornar a condição feminina imutável justificando essas características como determinantes dos arranjos sociais de gênero. Nesse sentido,

[...] a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

Nesta perspectiva, segundo a teórica feminista Nicholson (2000), há três correntes principais que se propõem a elucidar as diferenças entre os sexos: o Determinismo Biológico, que explica essas diferenças a partir das determinações das características biológicas do sujeito; o Fundacionalismo Biológico, entendido como o “meio termo” por aceitar que os aspectos biológicos se interligam ao comportamento e a personalidade; e o Criacionismo Social, que é a corrente que defendemos, pois entende o gênero enquanto construção social em que o corpo se configura como uma variável e não uma constante.

Assim, “O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade” (LOURO, 1994, p. 36). Entretanto, não se trata de negar as características biológicas dos sujeitos, mas de reconhecer que há inúmeros outros determinantes que interferem na sua construção social, ou seja, há uma articulação indissolúvel entre aspectos físicos e sociais, mas acreditamos que as diferenças que subjugam a mulher a posições hierarquicamente inferiores aos homens resultam de construções sociais variáveis em contextos específicos, como nos afirma ALMEIDA (1998). De acordo com o referido autor:

Considera-se que as configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as raças e os momentos históricos, formando redes de significações que se edificam e se relacionam integralmente e atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana (ALMEIDA, 1998, p. 40).

Ocorre que, apesar do caráter variante das construções sociais, ao se constituírem como um discurso dominante acabam sendo apropriadas, universalizadas e naturalizadas a ponto de criarem um modelo de sociedade aparentemente imutável, como a nossa que se

caracteriza pela supremacia masculina, configurando-se a partir de uma estrutura social patriarcal que rege todas as esferas da vida. Contrariando essa ideia de imutabilidade e de padronização social, no que tange ao gênero Louro (1994) nos afirma que esta não é uma categoria pronta e estática, mas dinâmica e passível de transformação.

Nesse sentido, a partir de uma perspectiva ampla, pode-se dizer que os discursos feministas surgiram a partir da conscientização da opressão sofrida pela mulher diante da hierarquização de gênero que resulta no processo de naturalização das desigualdades entre os sexos, bem como do desejo dessas mulheres de contestar a subjugação imposta e de transcender o cotidiano doméstico para galgar espaço nas esferas públicas e se constituírem na qualidade de sujeitos sociais.

Desse modo, na passagem do século XX para XXI, as manifestações femininas contra os arranjos sociais que ocultavam a mulher tomaram forma concreta e ganharam destaque no cenário político originando o chamado Sufragismo, movimento pela extensão do direito de voto às mulheres reconhecido como Primeira Onda do Feminismo, que se espalhou por muitos países ocidentais, apesar do caráter mais elitista por ter se manifestado através das classes médias.

No entanto, foi na década de 1970, tomada como marco inaugural da chamada Segunda Onda Feminista, que o movimento incorporou novos discursos e reivindicações políticas e sociais ao buscar nas construções teóricas analisar as origens socioculturais dessa assimetria que tomou forma de discurso e naturalizou as identidades sexuais atribuídas a homens e mulheres a fim de construir um contra discurso que pudesse desconstruí-los e desnaturalizá-lo, reconhecendo-o enquanto construção passível de ressignificação. Nesse sentido, de acordo com Teles (1993), temos que

Apesar das lutas femininas antecederem o último século, suas reivindicações ganham força só a partir da década de 70 quando conquistaram, inclusive, o ano internacional da mulher instaurado pela ONU em 1975 reacendendo suas lutas pela cidadania. Tornaram-se visíveis na sociedade e na academia onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vida e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objeto de estudo (TELES, 1993, p. 46).

Desse modo, teóricas militantes das causas feministas trouxeram, também, para o espaço acadêmico a perceptibilidade da mulher enquanto sujeito da ciência e objeto de estudo com o propósito de analisar de que modo às relações entre os sexos são compreendidas e representadas ao questionar as raízes históricas que resignaram a mulher ao silenciamento e a invisibilidade, para, assim, trazer à luz aquela que fora, até então, ocultada. Desde então, mesmo num cenário marcado pelo fechamento político que passava por uma lenta transição,

foi sendo reconstruída uma nova conotação do ser mulher como sujeito social não mais limitado ao espaço privado, atuante em seu cenário social na luta pela defesa dos seus direitos a partir da construção de discursos que evidenciavam suas bandeiras de luta.

É necessário destacar que, apesar de se desenvolver em meio a uma conjuntura caracterizada pelo autoritarismo, uma confluência de fatores corroborou para a proliferação de movimentos de mulheres, bem como de outros setores que de forma articulada lutaram contra as imposições do regime militarista e por causas específicas de cada segmento. A crise econômica que assolava o país provocando inflação crescente, o processo de abertura política negociada, a modernização e urbanização, a expansão do sistema de educação, assim como do mercado de trabalho, foram fatores que colaboraram para a construção de um ambiente fértil para a efervescência de movimentos libertários insurgentes contra a ordem imposta.

Nesse cenário, o movimento de mulheres de vertente feminista se articulou com arranjos bem específicos, iniciando na classe média e articulando-se com camadas populares que se organizavam em bairros e comunidades, ou seja, era um movimento interclasses. Desta maneira, “As feministas brasileiras, sem abdicar das especificidades de suas bandeiras de luta enquanto mulheres, souberam traçar políticas de alianças com outras forças opositoras no processo de luta por ‘liberdades democráticas’” (MORAES, 1996, p. 2).

Desse modo, atuando de forma articulada as feministas se expressavam de formas variadas através de grupos que iam às ruas em marchas e protestos, bem como através de produções acadêmicas, livros, jornais e revistas que traziam à tona as reivindicações femininas, que iam desde a luta pela redemocratização do país até as questões relativas à hierarquia de sexo e a exclusão do poder que marginalizavam a mulher, tornando conspícua a questão da mulher e enunciando sua emancipação.

Assim, ao se difundirem no cenário social brasileiro as ideias feministas que propunham uma nova subjetividade feminina causaram impacto nas variadas esferas sociais, mas, principalmente, nos hábitos cotidianos devido à ampliação da participação de alguns segmentos sociais de mulheres nas esferas públicas onde trataram de questões até então resignadas à esfera privada, como sexualidade, métodos contraceptivos e controle reprodutivo, aborto, maternidade, creches, opressão de classes, dupla jornada de trabalho, entre outros. Nesse sentido, pode-se compreender que apesar das influências recebidas de movimentos de mulheres dos Estados Unidos e países Europeus, o cenário social em que o Feminismo se desenvolveu no Brasil o tornou peculiar se comparado a outros países.

Nesse sentido, compreende-se que os movimentos feministas impactaram o cenário político, cultural e social brasileiro ao provocar transformações nos costumes e

comportamentos considerados tradicionais, ocasionando a quebra de tabus numa época em que a repressão dominava o país. Assim, o próprio corpo foi usado para expressar de forma abstrata a nova subjetividade da identidade que se queria atribuir à mulher, inclusive através do vestuário utilizado enquanto linguagem visual simbólica para representar o novo lugar de enunciação feminina ao construir uma nova imagem da mulher que agora se constitui enquanto sujeito social.

3. Rupturas e representações do vestir.

Mediante as discussões evidenciadas anteriormente, recorreremos ao uso da fotografia como fonte privilegiada para discutir o vestuário sob o enfoque do gênero, considerando os discursos feministas e suas ressonâncias sobre o modo de vestir da mulher no período militar. Partiremos de uma perspectiva histórico-semiótica para embasar nossa análise sobre de que modo os códigos do vestir atuaram como representação social contribuindo para a construção de uma nova identidade feminina na qualidade de novo sujeito social. Para tanto, adotamos como referência as imagens publicadas nas revistas *Manequim* e *O Cruzeiro*, datadas dos anos 70.

Entretanto, antes de promovermos uma breve reflexão sobre as imagens selecionadas, é interessante empreender uma breve discussão sobre o uso dessas imagens enquanto fontes históricas a partir de uma abordagem culturalista que nos permitirá tecer uma reflexão acerca de nosso objeto a fim de verificar como as representações imagéticas denotam comportamentos, posições e interesses de determinados seguimentos. Assim, a abordagem culturalista consiste numa construção social de formas simbólicas que representam algo em um determinado contexto. Desta forma, “A história, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesse sentido, as imagens são tomadas aqui como um campo da história cultural que, mesmo diante da supremacia das fontes escritas, teve seu uso ampliado significativamente nas últimas décadas, após as mudanças ocorridas na prática historiográfica, contribuindo para assimilação das representações de determinados grupos que as constituem segundo perspectivas próprias. Assim, “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”(CHARTIER, 1990, p. 17).

Ao apreciar a fotografia com a finalidade de tecer sobre ela uma análise a fim de produzir conhecimento histórico, deve-se considerá-la como processo de construção de arranjos sociais e ideológicos a que o historiador precisa estar atento para tomar cuidados imprescindíveis à elaboração da análise proposta. O primeiro deles, e, talvez, o mais importante, consiste em não tomá-la enquanto uma partícula fidedigna da realidade. Ao contrário, ela carrega consigo ações convencionalizadas, ou seja, intencionalidades que a tornam uma escolha entre uma série de outras possíveis, configurando-se como um desafio ao historiador que deve olhar além do que a fotografia mostra ao interagir com seus códigos.

Aliás, essa é outra característica da análise de imagens: “As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e a do produtor, tendo como referente a realidade [...] (PESAVENTO, 2012, p. 86). Ou seja, a análise de imagens pressupõe uma interação entre o produtor e o espectador que se apropria da imagem a partir de seus interesses e inquietações, por isso, é necessário se pautar por uma metodologia que não comprometa a compreensão dos signos impressos no objeto. Nesse sentido, ainda segundo a autora mencionada,

A imagem, para ser lida, possui códigos especiais, espécies de ícones ou signos que remetem a uma lógica de significados para uma determinada época. [...], possui função epistêmica, de dar a conhecer algo, uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e uma estética, de produzir sensações e emoções no espectador. Mas se esse espectador é historiador, ele deve ter uma pergunta a fazer a essa imagem, e vai tomá-la como representação, ou seja, como traço ou fonte que se coloca no lugar do passado a que se almeja chegar (PESAVENTO, 2012, p.52).

Nesse sentido, para conferir à imagem valor documental é necessário considerá-la enquanto produto de uma construção social e, no tocante a fotografias publicadas em periódicos os cuidados devem ser ainda maiores, pois geralmente há influências ocultas, uma espécie de funcionalidade. Portanto, os historiadores, ao utilizá-los enquanto registros devem estar atentos às lacunas, silêncios e aos códigos a serem decifrados, em nossa abordagem, por exemplo, o vestuário é analisado como linguagem visual que atua como objeto de comunicação de uma subjetividade através da qual algumas mulheres expressaram suas ideologias e descontentamentos e, assim, representaram seu desejo de pleitear um novo espaço de enunciação na qualidade de sujeito social.

Comprendemos, portanto, que as fotografias que apresentam esse vestuário foram produzidas enquanto um trabalho de construção de sentidos e legitimador de ideias que resultam de uma escolha e, por isso, demanda um olhar mais crítico do historiador. Assim, apesar de se constituir como um testemunho válido, por apresentar indícios materiais de

alguns aspectos do passado, está carregado de intencionalidades que contribuem para difundir discursos, comportamentos, ideias e estilos de vida que queira representar. Nesse sentido

A imagem tem para o historiador, sem dúvida, um valor documental, de época, mas não tomado no seu sentido do mimético. O que importa é ver como os homens se representavam, a si próprios e ao mundo, e quais os valores e conceitos que experimentavam e que queriam passar, de maneira direta ou subliminar, com o que se atinge a dimensão simbólica da representação (PESAVENTO, 2012, p. 88).

Desse modo, as fontes imagéticas têm sido cada vez mais utilizadas pelos historiadores enquanto representação que, ao se tornarem inteligíveis, expressam construções sociais denotando como determinados segmentos representavam a si mesmos. Nesse sentido, selecionamos algumas imagens que nos permitem tecer uma análise sistêmica para compreender de que modo o vestuário expressava ideologias feministas em meio à ditadura, ou seja, como o vestuário esteve relacionado aos discursos propagados por vertentes feministas objetivando expressar de forma abstrata uma nova subjetividade a ser atribuída à mulher de acordo com suas idealizações sociais.

Partimos, então, do pressuposto de que o vestuário é repleto de significações e intencionalidades, conscientes ou não, e que, no recorte que temos tratado, atuou como ferramenta de expressividade do processo de reorientação social a partir da nova dinâmica das relações de gênero. Assim, ao interligar o vestuário ao contexto social, cultural e às mudanças em curso relacionadas aos discursos feministas, pode-se perceber que o vestuário acompanhou essas mudanças moldando-se aos novos anseios da mulher por independência e visibilidade. Assim, “As roupas, como artefatos, ‘criam’ comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem identidades sociais latentes” (CRANE, 2006, p.12).

As décadas de 1960 e 1970, no Brasil, foram bastante significativas para as mulheres, pois, mostraram propícias a uma série de transformações nos costumes e comportamentos mesmo em meio à repressão que dominava o país. Nessa conjuntura, o vestuário se sobrepôs ao puritanismo da sociedade conservadora e expressou impulsos antes reprimidos, evidenciando o ideal de liberdade e igualdade que pôs em discussão a questão dos papéis sexuais defendida pelos discursos feministas.

A revista O Cruzeiro foi lançada em 1928, tornando-se líder de vendas no mercado nacional e contribuiu significativamente para representar as novas idealizações sociais das mulheres que se afirmavam na qualidade de sujeitos sociais em meio à conjuntura ditatorial, apresentando e legitimando novos padrões de vida e comportamento. Entre as formas de expressão encontradas pelas mulheres para demonstrar seus novos anseios o vestuário se

configurou como eloquente representação, não se limitando apenas a atuar como distintivo social. Nesse sentido, a imagem de capa da revista O Cruzeiro, uma das selecionadas para essa análise, foi uma publicação que encenou através do vestuário o rompimento com os modelos e padrões tradicionalistas que relegaram a mulher à permanência no lar, ou seja, dedicada unicamente ao casamento, aos cuidados domésticos e dos filhos.

Imagem 1



<http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>

Entretanto, esse padrão passa a ser questionado através dos discursos feministas que logo se expressam no vestuário, de modo que a silhueta longilínea que acentuava a cintura da mulher para conferir feminilidade passa dar lugar a um vestuário com cortes tradicionalmente masculinos, como apresentado na capa da revista, em que a atriz Leila Cravo veste trajes característicos do vestuário masculino usando terno, camisa social e gravata, com ombros marcados e uma modelagem bem estruturada. É interessante perceber que em se tratando de uma publicação datada de 1978, numa conjuntura em que a mulher lutava por igualdade de gênero, adentrava progressivamente no mercado de trabalho em meio a um processo de urbanização e modernização, torna-se bastante representativa da transição por que passavam os padrões e valores que definiam o modelo de mulher ideal.

A revista *Manequim*, da Editora Abril, foi a primeira a tratar de moda no mercado de editoriais nacionais e apresentava a moda europeia, trazendo, inclusive os moldes para que as brasileiras tivessem acesso a moda internacional. A revista foi um importante instrumento para expressar a fase transitória vivida pelas mulheres que buscavam a construção de uma nova identidade, pois acompanhou essas transformações e contribuiu para legitimar uma nova conotação do ser mulher, que adentrava o mercado de trabalho, ampliava sua participação na esfera pública e lutava por novas liberdades.

Nessa perspectiva, como mostra a capa da revista, acompanhando essas mudanças das esferas de atuação feminina, trazia como referência um vestuário relacionado aos tempos modernos e ao conforto através de calças e blazers com cortes retos que se assemelhavam ao vestuário masculino. Aliás, essa é uma das tendências mais marcantes no vestuário feminino nas décadas de 60 e 70, estando diretamente relacionado ao ideal de emancipação da mulher que passou usar roupas antes características apenas do vestuário masculino e provocando uma transformação nos costumes e comportamentos femininos.

Imagem 2



Revista Manequim, Junho de 1969.

Assim, apresenta-se uma mulher independente que, aos poucos, galgava sua ascensão social e utilizava o vestuário como instrumento de comunicação para mostrar uma aparência mais “séria”, conforme demonstra a capa da revista Manequim, acima, onde os trajes têm nitidamente inspiração no vestuário masculino, e até mesmo a posição em que está à modelo com pernas afastadas e a mão no bolso, além de mostrar melhor o vestuário composto calça de bocas largas, comprida, de cintura alta, blazer, camisa, e um lenço utilizado como gravata, se inspiram, também, em posições semelhantes ao costume masculino.

A segunda capa da revista Manequim selecionada exhibe duas mulheres, em faixas etárias diferentes, fazendo uma ponte entre a imagem e o texto que apresenta a matéria dizendo “Uma só moda para a garota de 20 e a mulher de 40”. Ao desenvolver uma análise a partir da articulação texto/imagem, pode-se compreender que há uma espécie de apelo para uniformizar um estilo, para legitimar uma tendência, que, em se tratando do contexto, demonstra estar interligado as transformações nos costumes e comportamentos da mulher que já não está restrita ao espaço doméstico.

Imagem 3:



Revista Manequim, setembro de 1969.

Além disso, a exemplo da imagem 2, esta também traz roupas com inspiração masculina, apesar de serem um pouco mais despojadas visto que os blazers têm mangas curtas e a posição das mulheres denota mais feminilidade com o uso de acessórios como lenço no pescoço e pulseiras. Outro fator importante a ser considerado, é que a revista tinha um público alvo, que era a classe média feminina, foco inicial dos movimentos feministas no Brasil, que utilizavam variadas linguagens para legitimar o novo posto social que se queria conferir à mulher, com ideais de liberdade e igualdade de gênero. No caso do vestuário, passou a representar claramente um símbolo de novas liberdades pautadas no ideário feminista.

O vestuário atua como uma espécie de reflexo de algo que se quer comunicar, ou seja, uma extensão do corpo que exprime uma linguagem simbólica do que o corpo diz. Assim, quando a mulher reconhece a opressão historicamente sofrida sob a justificativa de fatores biológicos, passa a criar estratégias para expressar-se contrariamente às desigualdades de gênero e afirmar que enquanto construção social, a identidade atribuída à mulher é passível de ser ressignificada e o vestuário foi um dos instrumentos utilizados pela mulher para pleitear uma nova representação feminina. Logo, se uma das principais bandeiras dos discursos feministas era a igualdade de gêneros, é compreensível que o vestuário tenha sido utilizado para expressar o desejo de igualdade da mulher.

Nesse sentido, cria-se através do vestuário uma nova proposta de percepção da feminilidade, promovendo uma ruptura com os padrões tradicionalistas. É preciso notar que fatores como a incorporação da mulher no mercado de trabalho, a influência internacional das transformações de costumes e comportamentos, a redemocratização do país, enfim, mudanças em variadas perspectivas acabaram contribuindo para a construção de uma nova conotação de mulher que se expressou no ato de vestir.

O novo contexto em que a mulher se inseria trazia a necessidade de trajes mais leves e confortáveis, menos marcados no corpo, como mostrado na imagem retirada do interior da revista *Manequim*. Além disso, verificou-se a maior participação feminina na esfera pública, principalmente da classe média, onde se iniciaram os movimentos feministas no Brasil, e o público alvo da revista que acompanhou e expressou em suas publicações o ideário dos discursos feministas. Como mostrado na imagem 4, o vestuário feminino começa a receber influências internacionais, usando jaquetas, chamadas saarianas por se tratar de trajes característicos da savana africana, chapéu, calças compridas largas e, mesmo quando usam *chemisiers* ou vestidos, os cortes ainda denotam a presença de traços das vestes masculinas.

Imagem 4



Revista *Manequim*, fevereiro de 1975, p. 22, 23.

Nesse aspecto, compreende-se que a mulher utilizava-se do vestuário para refutar ideologias que serviam para justificar a diferenciação dos papéis sexuais dos gêneros em que nas relações de poder um se sobrepuja ao outro. Assim, havia a necessidade de construir um contra discurso para legitimar a nova identidade subjetiva feminina. Desse modo, como mais uma vez demonstrava no interior da revista *Manequim*, na última imagem selecionada para a análise aqui apresentada, o vestuário foi um importante instrumento para expressar simbolicamente a afirmação da mulher enquanto sujeito social.

Imagem 5



Revista Manequim, junho de 1978, p. 33.

Nesse sentido, o vestuário de formas retas que não marcam tanto a silhueta feminina passa a figurar com mais frequência naquele contexto. Na imagem acima, as três modelos usam calças compridas largas, com a apropriação de blazers, paletó, sempre com poses imponentes, representando a saída das mulheres da obscuridade, do silenciamento do espaço doméstico, trazendo-a para a esfera pública, para o meio social, para o mercado de trabalho, para a esfera política, enfim, para onde ela quiser estar.

Portanto, é possível compreender que o vestuário assumiu lugar de destaque enquanto ferramenta de afirmação da mulher que se pautava pela defesa dos ideais pregados e pleiteados nos discursos feministas, exprimindo o desejo de liberdade. Nesse sentido, foi, também, através do modo de vestir que as mulheres enviesaram a discussão de gênero em protesto a sociedade conservadora que justificava a inferioridade relegada a mulher no determinismo biológico que tornava essa condição imutável, e ao se apropriar de trajes antes restritos aos homens, sutilmente reivindicavam a igualdade desejada e rompiam com os arquétipos de subjetividade relacionados às mulheres.

Considerações Finais

Historicamente, as mulheres foram legadas ao espaço do privado, do silenciamento e do esquecimento. Porém, na atualidade tem sido empreendido um esforço na perspectiva de repensar o direcionamento da caneta da escrita da História, e voltar os olhares para as mulheres, compreendendo as diferenciações de gênero como uma construção histórica e cultural e não como um determinismo biológico como pensado outrora.

Neste sentido, tem sido empreendido no campo da História e da Sociologia, e, em outros campos do saber, uma série de pesquisa e estudos que objetivam refletir múltiplos aspectos acerca do gênero feminino e as maneiras a partir das quais as mulheres foram

empreendendo esforços para ser presença em espaços antes restritos apenas ao masculino e permeados por machismos. Foi nesta perspectiva, que direcionamos o nosso trabalho de conclusão de curso objetivando analisar de que modo os discursos feministas interferiram no vestuário de mulheres de determinados segmentos sociais nos anos 1970, tomando como referência imagens contidas nas revistas *Manequim* e *O Cruzeiro*.

Direcionamos olhares para tais imagens, pensando os modos de vestir para além de uma simples “moda”, mas compreendendo os vestuários como dotados de representações simbólicas e que como tal, muito tem a contribuir para que possamos compreender os modos de pensar de uma época e as discussões em pauta em um contexto histórico específico. Neste sentido, analisamos algumas imagens das revistas anteriormente mencionadas, tentando perceber de que maneira elas nos remetem a aspectos dos discursos feministas que circulavam no âmbito dos anos 1970, marcados pela ditadura militar.

Frente aos nossos objetivos, problemática, aporte teórico e metodologia adotados no presente trabalho de conclusão de curso, chegamos aos seguintes achados da pesquisa: primeiro, observamos que os vestuários evidenciados em ambas as revistas remetem a uma estética que objetivava, conforme os ideários feministas, construir novas representações do ser mulher e dos espaços que o feminino poderia ocupar. Em um segundo momento, verificamos que os vestuários expressos nas imagens analisadas remetiam em sua construção a uma aproximação com os vestuários masculinos. Tal aproximação foi interpretada aqui, como uma maneira de provocar uma reflexão na sociedade acerca das compreensões do ser mulher e do ser homem, bem como pautar a emancipação feminina e o rompimento com os comportamentos e costumes que legavam a mulher apenas ao espaço do doméstico.

Em um terceiro instante, compreendemos que as imagens retratadas evidenciam que o vestuário foi uma das maneiras utilizadas para pautar a construção de novas identidades para as mulheres, identidades estas que partiam da percepção de que as diferenças entre os gêneros, também, precisam ser pensadas na perspectiva histórica e social. Vimos, ainda, que os discursos feministas em vigor, pautados na igualdade de gênero, tiveram ressonâncias na construção desse novo modo de vestir. Em um quarto momento, verificamos que os novos espaços que as mulheres passaram a conquistar, fizeram surgir a necessidade de repensar o vestuário feminino de maneira que estes passassem a ser mais leves, confortáveis, adequados a nova realidade social que então começava a ser gestado para as mulheres.

Por último, percebemos que o vestuário era utilizado pelas mulheres de certo segmento social como uma estratégia para burlar e questionar as ideologias que justificavam as diferenciações no tocante aos papéis desempenhados por cada gênero na sociedade vigente.

Frente a estes achados, percebemos que os vestuários evidenciados pelas revistas *Manequim* e *O Cruzeiro* evidenciavam um modo de vestir influenciados pelos discursos feministas e pelos novos lugares e espaços que as mulheres desejavam ocupar.

Esperamos ter contribuído com a tessitura do presente artigo, com as discussões no campo do gênero. Estamos cientes que existe uma série de outras perspectivas de análise e de resultados para o tema em que nos debruçamos, mas partindo de nosso lugar social e referenciais teóricos e metodológicos estes foram os elementos que percebemos acerca dos modos de vestir feminino no contexto da década de 1970 a partir das revistas *Manequim* e *O Cruzeiro*.

Referências Bibliográficas

Acervo da Revista Abril: <http://www.abril.com.br/acervo/>

Acervo da Revista O Cruzeiro: <http://drzem.blogspot.com/2010/09/revista-o-cruzeiro-o-acervo.html>

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Europeia do livro. 4ª Ed. 1970.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Instituto de Cultura Portuguesa, 1990.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo, Senac São Paulo, 2006.

FRIEDAN, Betty. *The feminine mystique*. In: ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

HUBBARD, Ruth; WALD, Elijah. *Exploding the gene myth: how genetic information is produced and manipulated by scientists, physicians, employers, insurance companies,*

educators and law enforcers. In: BONETTI, Alinne; SOUZA, Ânegla Maria Freire de Lima e (Org). Gênero, mulheres e feminismos. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.

LE GOFF, J&NORA, Pierre. História: novos problemas. Trad. de Theo Santiago. Rios de Janeiro: F. Alves, 1976.

LYNN, Hunt. A nova história cultural. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEDEIROS, L. S. A luta pela terra no Brasil. <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf>. Março de 2009.

MORAES, M.L.Q. Marxismo e feminismo no Brasil. Campinas, Ed. IFCH-UNICAMP, 1996.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000.

PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

REVISTA MANEQUIM. São Paulo: Abril, setembro, 1969.

REVISTA MANEQUIM. São Paulo: Abril, fevereiro, 1975.

REVISTA MANEQUIM. São Paulo: Abril, junho, 1978.

REVISTA MANEQUIM. São Paulo: Abril, fevereiro, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

TELES, M. Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

XIMENES, Maria Alice. Moda e Arte na Reinvenção do Corpo Feminino do Século XIX. - 2ª Ed. RJ: SENAC, 2011.